

Ata da 8ª Audiência Pública da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT.

Aos 19 (dezenove) dias, do mês de fevereiro, do ano de 2008 (dois mil e oito), às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal, reuniram-se Vereadores, autoridades e segmentos da Comunidade para Audiência Pública, presidida pelo Vereador Dr. Rodrigo Ragiotto, secretariado pela Vereadora Maria José de Carvalho. O Presidente dá início aos trabalhos da Audiência Pública que trata do parágrafo 4º, artigo 9º da Lei Complementar 101/2000 – para demonstração e avaliação de cumprimento de metas fiscais do 3º quadrimestre de 2007. Com a palavra o Secretário Municipal de Finanças Sr. José Roberto Mazon que inicia sua explanação com data show, onde a introdução é acerca da Responsabilidade Fiscal, Responsabilidade Social e a necessidade de demonstração e avaliação do 3º quadrimestre de 2007, conforme descrito, onde a Lei específica até os meses (fevereiro, maio e setembro), que o Poder Executivo deve fazê-lo. Neste momento é feita demonstração das Receitas do Plano Plurianual (PPA) 2005, tendo previsto como receitas: R\$ 65.000.000,00/2008 e R\$ 68.468.000,00/2009. As receitas tributárias: R\$ 4.845.000,00, inclusos: IPTU, ISSQN, ITBI, ressaltando a diferença dos 45.776.000,00 – ICMS, IPVA. Fundo de Participação dos Municípios – significando que, as Receitas Próprias da Prefeitura tem peso mínimo no total das receitas; explicou que, a Receita Patrimonial é fruto de aplicações financeiras de recursos. O próximo assunto é Despesa com pessoal – R\$ 30.750.000,00/2007; sendo os pessoal ativo: R\$ 29.495.000,00 – inativos R\$ 1.254.000,00. O Sr. Mazon, resalta sobre o Barra Previ, que é dentro do Estado de Mato Grosso um Instituto de Previdência com excelente saúde financeira. Ressalta que as aplicações desse instituto são feitas com muita seriedade e rédea curta. Dando continuidade passa para o Demonstrativo da Dívida Consolidada, explana sobre Precatórias, que o valor destes devem estar incluídos no Orçamento, aprovado pela Câmara. O Sr. Mazon fala da importância de entregar a Prefeitura saneada, pois, se o resto a pagar desse mandato do Poder Executivo for maior que o mandato anterior, isso deixa margem para o Tribunal de Conas questionar a Prefeitura. Explana sobre Demonstrativo de Garantias e Contra Garantias de Valores, sobre Demonstrativo das Operações de Crédito, sendo que esses dois tipos de Demonstrativos “nossa” Prefeitura não fez, lembra ainda que neste mandato e no anterior o Demonstrativo de Operações de Crédito não foi feito e acha louvável essa posição pois não é compensatório para a Prefeitura. O Presidente faz uso da palavra e indaga sobre a abertura de linha de financiamento de maquinário. O Sr. Mazon acredita que em função das eleições o BNDS não irão abrir o financiamento até porque o prazo expira em abril. O Presidente questiona sobre Projeto de Lei sobre aquisição de maquinários vindo para essa Casa de Leis para votação e que teve demora em sua aprovação mas depois de aprovado, o que houve que não houve tempo de conseguir o financiamento. O Sr. Mazon que foi tempo mesmo pois esses projetos passam pela Secretaria do Tesouro Nacional e o prazo se expira não havendo assim a liberação. A Vereadora Antônia com uso da palavra fala sobre as dificuldades da



administração com relação as documentações, diz ainda que acompanha todo esse processo junto a Secretaria do tesouro. Volta a palavra ao Sr. Mazon que, afirma que o Secretário do Tesouro Nacional é extremamente criteriosos com a análise desses processos e que no “nosso” processo não houve tempo hábil. Dando continuidade ressalta importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Ministério Público, em especial, o de Barra do Garças, com sua conduta empenhada e responsável. E ainda que a Responsabilidade Fiscal e Social é meta desse governo e deverá ser dos próximos, não havendo assim problemas com Tribunal de Contas, com Poder Legislativo e com cidadão. O Sr. Mazon fala novamente do financiamento de equipamentos com relação a denúncia de um Vereador junto a Secretaria do Tesouro Nacional, antes até da aprovação da Lei. Denúncia que não pesara para Prefeitura, fala sobre consórcio das máquinas, sobre dotação feita pelo Governo do Estado para aquisição das mesmas para nosso Município entre outros. A Vereadora Antônia ressalva a importância do Sr. Jaime Campos – Senador e do Sr. Homero Pereira – Deputado Federal neste processo de dotação junto ao Governo. Neste momento o Sr. Mazon faz breve explicação de todos os slides, anteriormente explanados, em detrimento de atraso de alguns Vereadores, logo em seguida agradeceu a presença de todos e passa a palavra ao Presidente Dr. Rodrigo que encerra essa Audiência Pública. Eu, Leiva Moraes do Nascimento que esta subscrevo, registro que as assinaturas dos participantes dessa Audiência Pública foram colhidas no livro de frequência de Audiência Pública.